



DIREITO AO DESENVOLVIMENTO COMO DIREITO HUMANO¹

Ana Luísa Gabriel da Cunha²
Olinda Barcellos³

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar e discorrer a respeito do direito ao desenvolvimento como um Direito humano e o impacto que apresenta na elevação do índice de desenvolvimento humano (IDH), entre as regiões brasileiras. O direito ao desenvolvimento é um tema que ao passar dos anos foi motivo de muitas discussões e opiniões sobre qual seria o real conceito e objetivo. Diante diversas opiniões que foram agregando para seu entendimento, houve uma grande mudança no sentido da expressão e sua definição no qual era atrelado somente ao desenvolvimento econômico, e a necessidade que havia de indicadores de desenvolvimento mais precisos. Portanto adotou-se os métodos IDH e IDHM para medir o desenvolvimento humano e, assim identificar as regiões que mais necessitam de auxílio e políticas públicas, que impulsionem a adoção de direitos básicos às famílias afetadas pela desigualdade social. De forma que aumente a procura e foco de formas para erradicar a pobreza que é a maior influenciadora dos baixos índices e a falta do real início do desenvolvimento humano. Considerando que o IDH nacional teve uma enorme evolução, mas ainda continua desigual, a questão de pesquisa versa sobre a identificação da justificativa para uma constante desigualdade. A proposta de estudo, apresentada de forma resumida, deve ser desenvolvida a partir do método de abordagem dedutivo com uma perspectiva bibliográfica de fonte jurídica e econômica. Ademais, até então verifica-se uma grande desigualdade econômica, com necessidades e carências diferentes nas regiões brasileiras.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Direito. Desigualdade. IDH. Regiões Brasileiras.

REFERÊNCIAS

BARATTO, Romullo. **Diferença de IDHM entre regiões brasileiras diminuiu nas últimas décadas.** ArchDaily, 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/784994/diferenca-de-idhm-entre-regioes-brasileiras-diminuiu-nas-ultimas-decadas> Acesso em: 24 maio 2022.

¹ Pesquisa acadêmica baseada na temática “Desenvolvimento Nacional” apresentado a disciplina de Economia Política do curso de Direitos da Faculdade de Direito de Santa Maria, FADISMA.

² Acadêmica do segundo semestre do curso de Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria, FADISMA. E-mail: analuisagabrieldacunha@gmail.com

³ Orientadora Prof.^a Dra. da FADISMA, FAPAS e ACADEPOL. Comissária de Polícia Civil do RS. E-mail: barcellos.olinda@gmail.com



FREELAND, Steven. Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: enfrentando os crimes ambientais. **Sur - Revista Internacional de Direitos humanos**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2005.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sur/a/kBZ64FjTH4LgQ4mmnkRBf4x/abstract/?format=html&lang=pt>

Acesso em: 22 maio 2022.

NUZZI, Vitor. Maior, mas ainda desigual. **Revista do Brasil**, São Paulo, n. 71, maio, 2012.

Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2012/05/brasil-2/>. Acesso em: 30 maio 2022.

PNDU BRASIL. **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2020. Disponível em:

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>. Acesso em: 30 maio 2022

WOLFFENBUTTEL, Andréa. O que é? – Índice de Gini. **Desafios do desenvolvimento - IPEA**, Brasília, v. 1, n. 4, nov. 2004. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&

Acesso em: 30 maio 2022.